

A GOVERNANÇA COLABORATIVA NA IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PARQUES EÓLICOS NO ESTADO DO CEARÁ

ROSEILDA NUNES MOREIRA

ROBERTO NEY CIARLINI TEIXEIRA

Introdução

Frente a um contexto produtivo geracional de impactos, emerge a necessidade de uma nova relação entre os setores públicos, privado e a sociedade, onde a gestão deve ser feita mediante acordos, consensos e participação pública, gerando uma Governança Colaborativa (ANSELL; GASH, 2008). A Governança Colaborativa (GC) é uma forma de governança pela qual a colaboração é o principal processo de envolvimento entre as organizações, sejam estas públicas e/ou privadas. Conduzir um modelo de GC envolve, principalmente, equilibrar os diferentes interesses dos atores envolvidos (BODIN, 2017).

Problema de Pesquisa e Objetivo

Este artigo responde a seguinte questão problema: Como a Governança Colaborativa (GC) se manifesta na implantação e manutenção de parques eólicos? Para responder a esse questionamento, este artigo tem como objetivo: compreender como a Governança Colaborativa (GC) se manifesta na implantação e manutenção de parques eólicos, sob o olhar da comunidade.

Fundamentação Teórica

A Governança Colaborativa (GC) apresenta-se como uma maneira de governar que resulta de interação entre múltiplos atores trabalhando em parceria na realização de uma gestão compartilhada. Esta abordagem situa-se, cada vez mais, num contexto onde as relações entre Estado, Sociedade e Mercado estão mais interligadas no alcance de resultados coletivos (ABBUD; TONELLI; SANT'ANA, 2016). Para Ansell e Gashell (2008) a GC concentra-se em fatores preponderantes que incluem o diálogo face a face, construção de confiança e desenvolvimento de compromisso e entendimento compartilhado.

Metodologia

Este artigo adotou a pesquisa de natureza qualitativa. O objeto de pesquisa desta investigação são "as comunidades locais, onde se encontram os empreendimentos de energia eólica recorte da pesquisa". Foram realizadas dezenove entrevistas em profundidade até que a "saturação teórica" foi alcançada. Para a análise e interpretação das entrevistas, optou-se pela Análise de Conteúdo (AC). A AC foi realizada com o suporte do software Atlas ti. O software auxiliou na organização dos trechos relevantes das entrevistas, a fim de permitir a identificação de padrões ou repetições de interesse à pesquisa.

Análise dos Resultados

Na pesquisa de campo verifica-se um relativo poder da empresa sobre o governo (órgãos públicos licenciadores e prefeitura). Por outro lado, destaca-se um poder da comunidade sobre a empresa quando ela se encontra unida por meio das representações (associações de moradores). Contata-se por meio dos segmentos de texto que o fórum para discussão do processo de colaboração entre empresas proprietárias de parques eólicos e comunidade normalmente era iniciado pela prefeitura. Nas condições iniciais do processo colaborativo percebe-se uma confiança no início da implantação dos parques eólicos.

Conclusão

Conclui-se que a distribuição energia precisa ser visto como um bem coletivo e a gestão deve ser fundamentada na GC, onde os atores públicos e privados trabalham de maneira coletiva e colaborativa, além da necessidade de haver a licença social para operar (LSO) de empreendimentos que impactam a vida em comunidade ser fruto dessa governança. Outra constatação importante da pesquisa é que o processo colaborativo expõe a relevância da comunicação dialogada face a face, por estar em jogo o recurso mais importante da comunidade e fonte geradora de renda: a terra.

Referências Bibliográficas

ABBUD, E. B.; TONELLI, D. F.; SANT'ANA, L. T. Governança Colaborativa como Abordagem Contemporânea para a Gestão Pública. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 50., 2016, Costa do Sauípe. Anais... Costa do Sauípe: ANPAD, 2016. ANSELL, C.; GASH, A. Collaborative Governance in Theory and Practice. *Journal of Public Administration Research and Theory Advance Access*, v. 18, n. 4, p. 543-571, 2008. BODIN, O. Collaborative environmental governance: achieving collective action in social-ecological systems. *Science*, v. 357, n. 6352, p. 659-68, 2017.

Palavras Chave

Governança Colaborativa, Comunidade, colaboração

A GOVERNANÇA COLABORATIVA NA IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PARQUES EÓLICOS NO ESTADO DO CEARÁ

1 INTRODUÇÃO

A explosão demográfica, a elevação da violência nas cidades, as catástrofes ambientais, a larga escala de produção industrial e consumo desmedido, no início do século XXI, tem gerado preocupações e expectativas entre cidadãos, consumidores, empresas, instituições públicas e investidores sobre o impacto do desenvolvimento econômico e a sustentabilidade do planeta.

Há muito tempo a intervenção humana no meio ambiente tem como consequências externalidades negativas. A capacidade de exploração e utilização do meio ambiente cresceu com os avanços científicos da humanidade, bem como a velocidade com que o homem consegue destruir e degradar o meio em que vive (ANTUNES, 2009). Externalidade é quando o comportamento de um agente econômico afeta para melhorar ou piorar o bem estar de outro, tem-se então que determinado agente está impondo uma externalidade, positiva ou negativa, à pessoa afetada (EATON; EATON, 1999).

Verifica-se que, não há como implantar empreendimentos sem promover a desorganização da vida social da comunidade local. A implantação desordenada de parques eólicos no Nordeste brasileiro, por exemplo, ocasiona danos, sinalizando a importância de uma análise prévia da construção de planejamentos mais eficientes na instalação destes empreendimentos (MEIRELES, 2011). Segundo o autor, os impactos socioambientais na implantação de parques eólicos estão relacionados com a privatização de extensos trechos do litoral, entre as comunidades litorâneas e a faixa de praia, dificultando ou, até mesmo, impedindo o livre acesso aos sistemas ambientais de usufruto ancestral.

Todo esse cenário trouxe mudanças em termos de gestão estratégica dos negócios, que migra do desenvolvimento mediante maximização exclusiva de receitas e despesas, gerando lucro crescentes, para modelos que conciliam as dimensões econômicas, sociais e ambientais. Neste sentido, as empresas expandem suas responsabilidades econômicas e legais, para éticas, morais, sociais e ambientais, trazendo a rede de relacionamentos entre *stakeholders* associados ao negócio para centralidade do gerenciamento (ASHLEY, 2005).

Isto posto, surge a necessidade das empresas refletirem a respeito das bases nas quais estabelecem relações com partes interessadas em seus negócios, principalmente com as comunidades vizinhas às suas instalações (FIGUEIREDO; FRANÇA, 2010). Frente a um contexto produtivo geracional de impactos, emerge a necessidade de uma nova relação entre os setores públicos, privado e a sociedade, onde a gestão deve ser feita mediante acordos, consensos e participação pública, gerando uma Governança Colaborativa (ANSELL; GASH, 2008).

A Governança Colaborativa é difundida como uma forma de governança pela qual a colaboração é o principal processo de envolvimento entre as organizações, sejam estas públicas e/ou privadas. Conduzir um modelo de Governança Colaborativa envolve, principalmente, equilibrar os diferentes interesses dos atores envolvidos (BODIN, 2017). A literatura estrangeira, principalmente norte-americana, europeia e australiana nos apresenta uma forma de governança, a Governança Colaborativa, que vem sendo adotada na gestão de recursos naturais (SANTOS, 2015).

Para atender a demanda dos desafios de uma Governança Colaborativa, emerge uma crescente necessidade dos empreendimentos em receberem a Licença Social para Operar (LSO). A LSO refere-se ao intangível, à parte tácita do contrato realizado com a sociedade ou grupo social, que permite uma operação de extração ou de processamento, iniciar e continuar as suas operações (FRANKS; COHEN, 2012; GUNNINGHAM; KAGAN; THORNTON,

2004). A LSO emergiu do conceito de governança e sua concessão se dá a partir da construção e fortalecimento do Capital Social (DEBONI, 2013; SANTIAGO, 2016).

Embasado no contexto de concessão e manutenção da Licença Social para Operar (LSO), os problemas ambientais e sociais não são somente responsabilidade do Estado e espera-se uma inter-relação entre os setores públicos, privado e a sociedade, onde a gestão é feita mediante participação e consenso, gerando Governança Colaborativa e fortalecimento do Capital Social (DEBONI, 2013; SANTIAGO, 2016)

Nesse sentido, escolheu-se como unidade de análise o processo de Governança Colaborativa na implantação e manutenção de parques eólicos. A energia eólica é considerada uma energia limpa, renovável, abundante, uma das mais promissoras fontes de energia, e disponível em, praticamente, todos os lugares (RAMOS; SEIDLER, 2011). A energia gerada pelo vento é uma das mais promissoras para o Brasil. Apesar disso, ela provoca impactos socioambientais, que precisam ser gerenciados mediante soluções de mitigação que minimizem os efeitos sobre os ecossistemas e as pessoas.

O recorte desta pesquisa em termos de espaço compreendeu ao Estado do Ceará. A escolha da localização para realização da pesquisa de campo se deu pela representatividade do Estado na produção de energia eólica do país. O Ceará aparece entre os cinco estados com maior geração de energia eólica no período de 2020 (ABEEÓLICA, 2021).

1.1 Problema e Objetivo

Assim sendo, este artigo responde a seguinte questão problema: Como a Governança Colaborativa (GC) se manifesta na implantação e manutenção de parques eólicos. Para responder a esse questionamento, este artigo tem como objetivo: compreender como a Governança Colaborativa (GC) se manifesta na implantação e manutenção de parques eólicos, sob o olhar da comunidade.

2 GOVERNANÇA COLABORATIVA (GC)

De modo geral, a governança pode ser entendida como um processo complexo de tomada de decisão que antecipa e ultrapassa o governo, onde as fronteiras entre e dentro dos setores públicos e privados tornam-se mais permeáveis e menos definidas (STOKER, 1998). A governança é um processo participativo envolvendo diversas formas de parceria. Verifica-se que governança é um termo que pode ser entendido como gestão das relações.

A governança é um conceito com vários significados. No campo da administração pública, ela vem sendo discutida como governança corporativa, governança local, governança em rede e governança pública (ABBUD; TONELLI; SANT'ANA, 2016). Segundo os autores, tomando por base o atributo da colaboração como indispensável aos sistemas de governança pública, observa-se um interesse recente da literatura internacional em torno do conceito de Governança Colaborativa.

Segundo Abbud, Tonelli e Sant'ana (2016) foram realizados estudos internacionais sobre conservação do espaço público, governança da água e gestão de bacias hidrográficas e de meio ambiente embasado na Governança Colaborativa. Os autores afirmam que esse interesse também pode ser observado na literatura nacional com estudos identificando os conflitos ambientais associados à despoluição, na execução de intervenções urbanas na cidade de Natal/RN e a implantação de Parques Tecnológicos no estado de Minas Gerais, buscando identificar como a Governança Colaborativa se manifesta nas iniciativas.

Uma importante discussão a respeito de uma governança mais colaborativa é o posicionamento dos principais atores no domínio público, isso não significa sempre o governo, mas instâncias públicas transparentes (fóruns, conselhos etc) na qual o governo (não necessariamente local) possui relevância. Nesse sentido, a colaboração implica uma comunicação bidirecional e influência entre órgãos e as partes interessadas, além da

oportunidade para que as partes conversem entre si, sendo multilateral e deliberativo (ANSELL; GASH, 2008).

Os principais estudos da literatura internacional sobre Governança Colaborativa priorizam a identificação e o fortalecimento de elementos da colaboração. Alguns desses elementos são: interdependência entre atores; construção de confiança e meios para alcançar acordos; sensibilização sobre os objetivos comuns; estabelecimento de processos deliberativos inclusivos, entre outros (ANSELL; GASH, 2008; EMERSON; NABATCHI; BALOGH, 2012).

A Governança Colaborativa é arranjo governamental onde um ou mais órgãos públicos de engajamento de interessados não-estatais em um processo de tomada de decisão formal, orientado ao consenso, e deliberativo e que objetiva fazer ou implementar uma política pública ou administrar programas ou ativos públicos (ANSELL; GASH, 2008). Segundo os autores a Governança Colaborativa é uma evolução da governança pública e requer que os participantes estejam diretamente incluídos no processo de tomada de decisão.

A abordagem da Governança Colaborativa apresenta-se como uma maneira de governar que resulta de uma interação entre uma multiplicidade de atores trabalhando em parceria na realização de uma gestão compartilhada. Esta abordagem situa-se, cada vez mais, num contexto onde as relações entre Estado, Sociedade e Mercado estão mais interligadas no alcance de resultados coletivos (ABBUD; TONELLI; SANT'ANA, 2016).

A Governança Colaborativa é uma forma de governar na qual os atores públicos e privados trabalham de maneira coletiva, de formas distintas, utilizando processos particulares, para estabelecer leis e regras para a provisão de bens públicos (ANSELL; GASH, 2008). O processo de governança local inserido no conceito de LSO está relacionado com o desenvolvimento de arranjos colaborativos envolvendo empresas, governo, população local e organizações comunitárias (SANTIAGO, 2016).

Nesse cenário de arranjos colaborativos, o governo local possui um papel de liderança fundamental na criação das condições para a participação da comunidade nos diálogos (PATTENDEN; EVERINGHAM; OÑATE, 2011). Os autores ressaltam que o objetivo de desenvolver a governança local é desenvolver alianças e abrir espaço para o diálogo sobre os impactos sociais, ambientais, econômicos e benefícios gerados pela empresa, além da possibilidade de criar alianças locais, colaborações intersetoriais e interações público-privadas.

Para Ansell e Gashell (2008) a Governança Colaborativa é também chamada de nova governança, e concentra-se em fatores preponderantes que incluem o diálogo face a face, construção de confiança, bem como o desenvolvimento de compromisso e entendimento compartilhado. Na Governança Colaborativa, o Estado não mais se sobrepõe aos outros públicos parceiros como coordenador e regulador, mas sim entra no mesmo nível como um dos parceiros numa estrutura de colaboração e construção das políticas públicas (ABBUD; TONELLI; SANT'ANA, 2016).

Emerson, Nabatchi e Balogh (2012) incorpora ao conceito de Governança Colaborativa a ideia de *multipartner governance*, que significa, parceria entre o Estado, o setor privado, a sociedade civil e a comunidade. A Governança Colaborativa é uma parte microssociológica da governança pública preocupada em compreender como ocorre a colaboração, a partir do estudo de estruturas e processos que envolvem um arranjo composto por vários atores sociais, que se articulam estrategicamente com o objetivo de alcançar um propósito público (ANSELL; GASH, 2008; EMERSON; NABATCHI; BALOGH, 2012). A microssociologia é um dos principais ramos de estudos da sociologia e possui como tema a natureza das interações sociais humanas cotidianas.

Por falar em propósito público, está previsto no art. 21, XII, b, e no art. 22, IV da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 a competência privativa da União para explorar e legislar sobre “os serviços e instalações de energia [...]” (BRASIL, 1988). Ratificando esta questão tem-se que a interpretação do dispositivo constitucional (art. 21, inciso

XII, b) deve ser ampla, dessa forma, incluem-se como serviços públicos de energia elétrica todas as atividades necessárias à exploração, à transmissão e à distribuição de energia elétrica, independentemente da fonte e que, adicionalmente, atendam a finalidade coletiva (ROLIM, 2002, p. 157).

A Licença Social para operar (LSO) para empreendimentos eólicos, pela via da participação das comunidades, está em consonância com a difusão das chamadas formas de “governança”, a partir das quais as vozes das comunidades afetadas pelas indústrias extrativistas chegariam a ter maior influência na tomada de decisão sobre o desenvolvimento destas indústrias e nos processos políticos (PRNO; SLOCOMBE, 2012).

A LSO emerge no contexto de disseminação da “governança”, que procura redefinir a distribuição das relações de poder, sem mediar uma esfera política em que possam se discutir, de forma democrática, os diversos critérios e projetos de apropriação e uso dos recursos (GAVIRIA, 2015).

Segundo Gaviria (2015) a noção de LSO, tal como a de “governança”, emergiu no âmbito de influência do Banco Mundial. Sobre esta questão tem-se que é perceptível que a noção de “licença social” surge relacionada com a de “governança”, uma vez que na licença social as empresas de mineração, por exemplo, precisam, tanto quanto sua licença legal, de uma “licença social” para operar originada do resultado do trabalho empreendido no processo de consulta, participação e diálogo entre a companhia mineradora, a comunidade local e o governo em nível local, regional ou nacional (WORLD BANK, 1992). Para tanto, modelos da Governança Colaborativa se aplicam a tomada de decisão de projeto e instalação de empreendimentos de energias eólica.

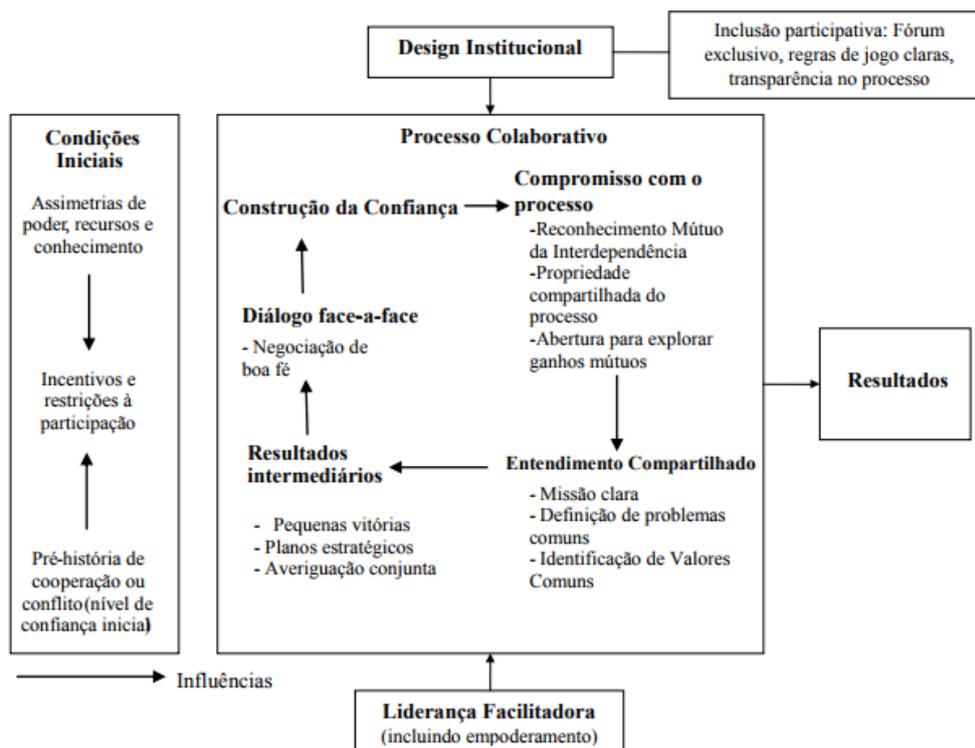
3 MODELO DE GOVERNANÇA COLABORATIVA DE ANSELL GASH (2008)

A literatura a respeito da Governança Colaborativa procurou estabelecer frameworks ou modelos para associar construtos que estão ligados ao processo decisório colaborativo e permitir uma compreensão analítica do fenômeno. Entre os modelos desenvolvidos, este artigo está baseado no modelo de Ansell e Gash (2008), segundo o qual os principais fatores relacionados ao processo colaborativo e seus resultados são: as condições iniciais de colaboração, compostas pelos incentivos e constrangimentos ao engajamento dos atores; o desenho institucional; o papel da liderança; e a construção de confiança.

O modelo de Ansell e Gash (2008) foi desenvolvido a partir de uma meta-análise envolvendo 137 estudos de caso de processos colaborativos registrados na literatura. Após analisarem os casos de GC em uma variedade de setores públicos predominantemente americanos, os autores desenvolveram um modelo comum de GC. Eles relatam que muitas vezes foram surpreendidos pela complexidade do processo de colaboração e que as variáveis e relações causais proliferaram além do esperado. No entanto, perceberam que o modelo pode ser útil para elaboradores de políticas e profissionais. Na maioria dos estudos de caso, os autores procuraram entender as condições sob as quais os interessados agiam de forma colaborativa.

Na Figura 1 está sintetizado o modelo de Governança Colaborativa proposto por Ansell e Gash (2008). Esse modelo fornece uma representação visual das descobertas centrais encontradas nos casos estudados.

Figura 1 – Modelo de Governança Colaborativa



Fonte: Ansell e Gash (2008, p. 550).

Ansell e Gash (2008) identificaram quatro macrofatores que indicam os resultados de um processo colaborativo, a saber: condições iniciais, desenho institucional, liderança facilitadora e o próprio processo colaborativo. O macrofator “condições iniciais” se refere ao nível de confiança entre os públicos participantes, ao grau de conflito e às assimetrias de conhecimento, recursos e poder, anteriores ao início do processo; “Design institucional” está relacionado às regras que governam o processo colaborativo; “Liderança facilitadora” significa a atuação de um dos públicos participantes como mediador das mesas de negociação; e por fim, o próprio “processo colaborativo” é definido como interativo e não-linear, representado no esquema como um ciclo (ANSELL; GASH, 2008).

O modelo de Ansell e Gash (2008) é formado por quatro grandes variáveis ou macrofatores, que em alguns casos, desdobram-se em variáveis menores. Na medida em que as variáveis são testadas e o processo de colaboração evolui, algumas proposições contingenciais são apresentadas, como segue:

- a) **Condições iniciais:** são definidos os níveis básicos de confiança, conflito e Capital Social e se desdobram em outras três variáveis – as (i) assimetrias entre recursos e poder dos *stakeholders*, os (ii) incentivos ou constrangimentos para a participação na parceria e a (iii) pré-história de conflito ou cooperação entre os *stakeholders*. As variáveis assimétricas entre recursos, poder e pré-história de conflito ou cooperação delineiam os incentivos e restrições que facilitam ou desencorajam o processo de colaboração entre os *stakeholders*. A análise conjunta dessas variáveis possibilita compreender os incentivos e restrições que influenciam os *stakeholders* a formarem uma parceria (ANSELL; GASH, 2008);
- b) **Liderança facilitadora:** esta exerce um papel fundamental no que tange a integridade do processo de construção de consenso e motivar os *stakeholders* a comprometerem-se com a colaboração. Para Ansell e Gash (2008) a liderança é

primordial para criar e manter regras claras, construir a confiança, facilitar o diálogo e explorar benefícios mútuos, além da liderança variar de acordo com o contexto de colaboração. O papel da liderança é importante em todo o processo da colaboração (EMERSON; NABATCHI; BALOGH, 2012);

- c) **Design ou desenho institucional:** são definidas as regras básicas, prazos, participação, responsabilização e a transparência, elementos fundamentais para legitimar o processo de colaboração. A participação refere-se à seleção e inclusão dos *stakeholders* que participarão deliberadamente do processo de colaboração, dessa forma havendo uma oportunidade de dar voz às múltiplas perspectivas e interesses diferentes (ANSELL; GASH, 2008). Esse conjunto de informações contribuirá para tomada de decisões mais assertivas, sensatas e em concordância com o interesse coletivo (EMERSON; NABATCHI; BALOGH, 2012);
- d) **Processo colaborativo:** ciclo interação não-linear, um processo interativo que envolve outras variáveis: o (i) diálogo face-a-face entre os *stakeholders* da parceria, que estimula a (ii) construção de confiança entre as partes e o desenvolvimento do compromisso com o processo, por meio do reconhecimento mútuo da interdependência entre as partes, do compartilhamento de responsabilidades no processo de colaboração e abertura para explorar benefícios mútuos; que promovem o (iii) entendimento compartilhado do que pode ser alcançado coletivamente (ANSELL; GASH, 2008). A confiança desempenha um papel preponderante no processo colaborativo, pois a confiança gera compreensão mútua, que por conseguinte gera legitimidade e finalmente comprometimento (EMERSON; NABATCHI; BALOGH, 2012).

Em síntese, Ansell e Gash (2008) enfatizaram três contingências centrais sugeridas pela análise dos resultados empíricos: tempo (relevante porque a literatura indica que a Governança Colaborativa é um longo processo), confiança e interdependência (refere-se ao interesse particular de participar e de comprometer-se a colaborar). Neste sentido, ao avaliar a possibilidade de embarcar em uma estratégia colaborativa, deve-se considerar cada uma dessas três contingências centrais.

Quando trazemos a abordagem da Governança Colaborativa para os fatores do relacionamento entre empresa e comunidades, tem-se que, a relação de confiança é a essência da colaboração, porém Ansell e Gash (2008) alertam que, se a pré-história da colaboração é de conflito, há a falta de confiança entre os *stakeholders* da parceria e a possibilidade de manipulação pelos adversários. Já Emerson, Nabatchi e Balogh (2012) defendem que a confiança gera a compreensão mútua, possibilitando assim a legitimidade interna e, por conseguinte, o compromisso com o processo de colaboração.

Vale relembrar que o processo colaborativo segundo Ansell e Gash (2008) se manifesta como um ciclo entre comunicação, confiança, entendimento e resultados. Sobre poder, Ansell e Gash (2008) ressaltam que a estrutura da colaboração pode impactar nos desequilíbrios de poder e recurso. Os desequilíbrios de poder, normalmente, são frequentes na colaboração entre as partes. Embora haja tentativas e estratégias para tentar equacionar o poder, questões como influência, capacidade, recursos e status são difíceis de serem equilibradas e implicam no desequilíbrio de poder entre os *stakeholders*.

Já sobre o fator comunicação, Ansell e Gash (2008) argumentam que esta é condição necessária para um processo colaborativo orientado ao consenso, em razão de a Governança Colaborativa ser construída por intermédio do diálogo frente a frente entre os *stakeholders*. É por intermédio deste meio de comunicação informal que se constrói também a confiança, o entendimento compartilhado e o compromisso com o processo. Um antecedente de conflito na relação, normalmente, implica no nível de confiança e na comunicação. Para vencer as

diferenças, há que se construir a confiança. Quando o nível de confiança é baixo, pode ser necessária a figura de um mediador para articular a resolução harmônica dos conflitos (SANTOS, 2015). Situações antagônicas entre as partes é um fator de insucesso para iniciar um processo de colaboração, a menos que haja um alto grau de interdependência entre as partes ou sejam tomadas medidas para se corrigir o baixo nível de confiança (ANSELL; GASH, 2008).

Outro aspecto levantado por Ansell e Gash (2008) é que a liderança é fundamental para criar e manter regras claras, construir a confiança, facilitar o diálogo e explorar ganhos mútuos e atribuem à liderança os papéis de mediação e facilitação.

Em suma, tem-se que a busca por um desenvolvimento das indústrias extrativistas de forma mais sustentável requer a transição para novos modelos de governança e esta é fundamental para criar um equilíbrio de poderes entre os públicos de interesse e receber a Licença Social para Operar - LSO (PRNO, 2014). Fomentar arranjos de Governança Colaborativa é essencial para a concessão de uma LSO (SANTIAGO, 2016).

4 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste artigo adotou-se a pesquisa de natureza qualitativa. A pesquisa teve como fenômeno investigado a “Governança Colaborativa”. O objeto de pesquisa desta investigação são “as comunidades locais, onde se encontram os empreendimentos de energia eólica”.

Para consecução do objetivo de analisar a constituição da Governança Colaborativa na implantação e manutenção de parques eólicos no estado do Ceará, com base na visão da comunidade, inicialmente, desenvolveu-se um conjunto de categorias de análise. A categorização consiste num processo de redução do texto às palavras e expressões significativas (MINAYO, 2009). A autora complementa que categoria remete a um conceito que abrange elementos ou aspectos com características comuns ou que se relacionam entre si. Para Bardin (2011) as categorias devem possuir certas qualidades como: exclusão mútua – cada elemento só pode existir em uma categoria; homogeneidade – para definir uma categoria, é preciso haver só uma dimensão na análise. Estas categorias nortearam a construção do instrumento de coleta de dados para a pesquisa de campo, o roteiro de entrevista.

Este roteiro foi pré-testado com dois professores universitários, graduados e mestres em administração, que lecionam disciplinas de RSC e Estratégia Organizacional para verificar a adequabilidade das perguntas, a linguagem usada, bem como o tempo necessário para percorrer todas as perguntas do roteiro. O espaço da pesquisa de campo ficou delimitada ao estudo das comunidades nos municípios de Icarai de Amontada, São Gonçalo do Amarante e Trairi.

A pesquisa qualitativa não se baseia no critério numérico para garantir sua representatividade, na verdade, a pergunta que se deve fazer é "quais indivíduos sociais têm uma vinculação mais significativa para o problema a ser investigado?" (MINAYO, 2009). Para tanto, optou-se por um grupo restrito de entrevistados, uma vez que nesse tipo de pesquisa, o número de entrevistas é determinado a partir da saturação teórica do tema. Foram realizadas dezenove entrevistas em profundidade até que a “saturação teórica” foi alcançada. No quadro 1, tem-se o perfil dos entrevistados:

Quadro 1 – Resumo das características dos entrevistados

Entrevista	Município	Ocupação	Idade	Escolaridade	Pertencente Associação de Moradores
E1	Icarai de Amontada	Comerciante	37 anos	Ensino médio	não
E2	Icarai de Amontada	Coord. de escola	32 anos	Pós graduação	não
E3	Icarai de Amontada	Estudante	22 anos	Superior incompleto	não
E4	Icarai de Amontada	Comerciante	36 anos	Fundamental	não

Entre- vista	Município	Ocupação	Idade	Escolaridade	Pertencente Associação de Moradores
E5	Icarai de Amontada	Professor	33 anos	Pós-graduação	não
E6	Icarai de Amontada	Professor	32 anos	Graduação	não
E7	Icarai de Amontada	Professor	26 anos	Graduação	não
E8	Icarai de Amontada	Agricultor	51 anos	Ensino médio	sim
E9	Trairi	Coord. de escola	46 anos	Pós-graduação	não
E10	Trairi	Camareira de Hotel	35 anos	Ensino médio	não
E11	Trairi	Coord. de Escola	44 anos	Pós-graduação	não
E12	Trairi	Professor	41 anos	graduação	sim
E13	São Gonçalo	Coord. de escola	42 anos	Pós-graduação	não
E14	São Gonçalo	Coord. de ONG	43 anos	Pós-graduando	sim
E15	Trairi	Professor	Não informado	Graduação	não
E16	Trairi	Professor	32 anos	Graduação	não
E17	Trairi	Vigilante de Usina Eólica	35 anos	Ensino médio	não
E18	Trairi	Comerciante	40 anos	Ensino médio	não
E19	Trairi	Professor	Não informado	Graduação	sim

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Para a análise e interpretação das entrevistas, optou-se pela Análise de Conteúdo (AC). O termo AC compreende ao conjunto de técnicas de análise das comunicações visando conseguir, por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2011).

A AC foi realizada com o suporte do *software* Atlas (*Archiv fuer Technik Lebenswelt und Alltagssprache*) ti (*Text Interpretation*), versão 8. A utilização do *software* propicia a construção das categorias para o exame, ensejando *insights* durante toda a pesquisa (BANDEIRA-DE-MELO; CUNHA, 2003). O Atlas/TI é uma ferramenta para suporte no processo de análise qualitativa de dados (MELO, 2013). O *software* Atlas/TI auxiliou na organização dos trechos relevantes das entrevistas, a fim de permitir a identificação de padrões ou repetições de interesse à pesquisa e, especialmente, o agrupamento de ideias para formação de famílias de códigos e redes de relacionamentos.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A Governança Colaborativa é definida como um arranjo decisório coletivo, que envolve atores governamentais e não governamentais, com o propósito de formular e implementar uma política pública ou gerenciar um programa com fins público (ANSELL; GASH, 2008; EMERSON; NABATCHI; BALOGH, 2012).

Vale salientar que, apesar dos empreendimentos de energia eólica serem construídos em propriedades privadas, é de competência privativa da União explorar e legislar sobre “os serviços e instalações de energia [...]” (BRASIL, 1988). Incluem-se como serviços públicos de energia elétrica todas as atividades necessárias à exploração, à transmissão e à distribuição de energia elétrica, independentemente da fonte e que, adicionalmente, atendam a finalidade coletiva (ROLIM, 2002, p. 157). Portanto, modelos de gestão fundamentados na Governança Colaborativa podem ser aplicados aos projetos de empreendimentos de energia eólica.

A Governança Colaborativa surge para tentar substituir os modelos desenvolvidos por meio da abordagem clássica gerencial, que tem na hierarquia um de seus principais elementos, nada aplicáveis a formas de governança multigovernamentais e multisetoriais (AGRANOFF; MCGUIRE, 2001).

A Governança Colaborativa reúne *stakeholders* públicos e privados em fóruns coletivos com agências públicas para cumprir processos de tomada de decisão consensual em grupo (ANSELL; GASH, 2008).

No modelo de Ansell e Gash (2008), a partir das condições iniciais de colaboração, o nível de confiança, os conflitos e o Capital Social se tornam recursos ou dívidas durante o processo. O *design* institucional estabelece as regras básicas sob as quais a colaboração acontece. O processo colaborativo propriamente dito e a liderança facilitadora que fornece mediação e facilitação do processo de colaboração. O modelo Ansell e Gash (2008) objetiva “identificar as condições contingentes que facilitam ou desencorajam a colaboração bem-sucedida”, bem como provocar o questionamento sobre as condições contextuais, ou seja, se elas “facilitam ou desencorajam os resultados da parceria”.

Contata-se por meio dos segmentos de texto que o fórum para discussão do processo de colaboração entre empresas proprietárias de parques eólicos e comunidade normalmente era iniciado pela prefeitura. Nas condições iniciais do processo colaborativo percebeu-se uma confiança no início do processo de implantação dos parques eólicos, mas no decorrer da implantação e na manutenção do empreendimento esta confiança fica comprometida pelas promessas não cumpridas e pelos surgimentos de problemas, principalmente devido aos impactos socioambientais negativos.

Com o enfraquecimento da confiança, expectativas das comunidades não atendidas, surgem situações de conflitos. Nas narrativas apresentadas no quadro 2, verifica-se claramente expressões que denotam situação de conflito: “embate”, “a empresa tinha uma relação trincada”, “os nativos derrubaram as torres”, “foram para as dunas com cartazes”. Outra característica das condições iniciais são as assimetrias de poder.

Na pesquisa de campo verifica-se um relativo poder da empresa sobre o governo (órgãos públicos licenciadores e prefeitura). Por outro lado, destaca-se um poder da comunidade sobre a empresa quando ela se encontra unida por meio das representações (associações de moradores).

Estes desequilíbrios de poder ameaçam a colaboração efetiva e podem produzir desconfiança, como também podem acarretar na manipulação do processo de Governança Colaborativa por *stakeholders* mais fortes (ANSELL; GASH, 2008). Nas condições iniciais o conflito desencoraja a cooperação e colaboração entre os interessados, porém, vale ressaltar que os desequilíbrios de poder são frequentes na colaboração intersetorial. Este fato é observado nos segmentos de texto (quadro 2) com um aparente poder da empresa sobre o governo (prefeitura e órgãos públicos licenciadores e fiscalizadores).

Quadro 2– Segmentos de texto representativos do tema Governança Colaborativa

SCT	Segmentos de Texto
Condições Iniciais	<p>1:13 [...] porque no início toda a comunidade confiou no que a empresa falava.</p> <p>12.13 Se você não quer ser questionado e partir para o embate, você vai ter que respeitar essas pessoas, por que hoje elas têm como ter acesso a essas informações.</p> <p>16.1 A empresa tinha uma relação trincada com o pessoal daqui de Flexeiras.</p> <p>19:7 [...] nativos derrubaram as torres deles, teve conflito, veio polícia, quase teve morte.</p> <p>20:2 A única coisa que eu sei é que participei de um movimento lá fechando a rua, por que eles tinham prometido de fazer um asfalto e não fizeram.</p> <p>15:1 Houve movimento da comunidade, protesto, foram para as dunas com cartazes, formaram movimentos na praça, foram para o fórum. Houve bastante conflito.</p>

Quadro 2– Segmentos de texto representativos do tema Governança Colaborativa

SCT	Segmentos de Texto
Design Colaborativo	<p>1.15 A conversa era muito mais pela prefeitura. A prefeitura era que mandava alguém conversar com a gente quando tinha reunião.</p> <p>13:22 Quando havia reuniões, uma pessoa da prefeitura falava e depois a empresa, mas era tudo muito rápido. As coisas não ficavam muito esclarecidas. Deveria ser um fórum com múltiplas vozes, todos sendo escutados. [...] Precisa ter fóruns de discussão onde participe governo, empresa, representantes dos moradores. A sociedade toda deve ser ouvida. [...] Deve haver transparência dos processos, deixando claro o início, o meio e o fim. Deve existir canais para diálogo e não meramente canais de informação. E tudo se resolve tudo.</p> <p>14:15 Um deve começar, seja prefeitura, seja empresa ou até a comunidade, mas normalmente a prefeitura deve puxar a reunião, pois ela é a representa os direitos do povo. A associação de morador também é uma boa para solicitar colaboração do povo.</p>
Liderança Facilitadora	<p>1:41 Um tipo de negócio assim deveria ser melhor pensado pelos governantes {...}.</p> <p>2:20 Eles vieram com a secretaria da educação, era uma ação conjunta da empresa e da prefeitura [...]. A prefeitura deve liderar essa questão de promover diálogo entre a empresa e a comunidade. Criar fóruns para discussão de problemas e necessidades.</p> <p>5:21 Deveria haver uma conversa de homem para homem, ou seja, de gente da terra para gente da terra e quem deveria fazer isso eram os órgãos e a prefeitura, eles é que são gente do nosso município. Talvez possa acontecer essa conversa com a associação, eles participam muito. [...] Nós confiamos na associação de moradores, as empresas deviam trabalhar mais junto deles.</p> <p>8:15 Tem que ter liderança de alguém, se não tem da prefeitura tem que ter do povo. Afinal é nossa vida, nossa terra que está em jogo.</p> <p>11:2 A gente já previa isso antes, porque nossa associação é muito atuante e a gente já sabia os danos, com a instalação dos parques o que iria acontecer.</p> <p>16:5 A prefeitura era para ficar ao lado do povo, fomos nós que elegemos a prefeitura, mas não eles vão ao encontro de quem tem o poder, o dinheiro.</p> <p>14:17 [...] deveria haver uma gestão mais participativa da prefeitura, haver uma maior aproximação, com mais canais de escutas e participação para o povo da comunidade.</p>
Processo Colaborativo	<p>1:17[...] a comunidade era para ser consultada, era para participar até da escolha do lugar. [...] deveria haver reuniões com a participação do povo, das escolas, da prefeitura, da associação de moradores, pescadores e a empresa, todos conversando[...], uma instalação de forma diferente.</p> <p>No ano passado a empresa enviou uma equipe para ouvir a comunidade, para a gente avaliar a atuação da empresa, os anseios. O que aconteceu, a comunidade veio, as pessoas reivindicaram e a empresa ficou de vim uma segunda vez [...].</p> <p>3:13 [...] o bom seria se a gente tivesse participado, eles tivessem contratado ou chamado pessoas da nossa comunidade para dizer o que precisamos o que podia ser feito para melhorar um pouco nossa vida. Hoje a comunidade ver que deveriam participar mais diretamente.</p> <p>5:29 Tanto a empresa como a comunidade podem ter o objetivo comum de conviver bem, colaborar, viver em harmonia e ajudar uns aos outros.</p> <p>8:6 Depois da empresa implantada, veio na época uma engenheira [...], veio se comunicar e conhecer a comunidade. Pediu para a gente colaborar na instalação e nós pedimos também. Na época a gente sugeriu uma fábrica de pão, só que ela disse que era muito cara, então disse que não tinha como. Falou que deixava alguma coisa implantada, mas coisinhas que não fossem muito caras. A escola da comunidade teve fardas que a empresa deu na época.</p> <p>13:38 O povo deve se sentir fazendo parte da construção para ter vontade de colaborar, precisa confiar na empresa, mas isso só acontecerá se o processo for feito de forma diferente do que aconteceu.</p> <p>14:13 Aqui temos o sentimento de que podemos colaborar com as empresas, estamos acostumados a ir participar de reuniões, debater, expor nossas necessidades, nos sentimos participantes, mas isso acontece com as empresas que fazem parte do porto do Pecém com as eólicas, não. Há predisposição na nossa comunidade em participar, em colaborar [...].</p> <p>19:25 Eu penso que seja feito audiências, não só uma, mas várias audiências, que seja discutido realmente com a comunidade para ver, que tipo de impacto vai ser causado, onde vai ser instalado.</p>

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2018).

O *Design* Institucional está relacionado às regras que governam o processo colaborativo (inclusão participativa, fórum exclusivo, regras básicas, prazos, responsabilização e a transparência). São os essenciais para legitimar o processo de colaboração. Revela-se nos segmentos de textos que aconteceram fóruns exclusivos iniciados pela prefeitura, mas sem um planejamento devido, pouco tempo para diálogo, as regras não eram claras e nem havia transparência.

O papel da liderança é relevante em todas as etapas do processo de colaboração (EMERSON; NABATCHI; BALOGH, 2012). Na liderança facilitadora o papel da prefeitura é destacado como uma boa possibilidade de liderança do processo de colaboração na relação de implantação e manutenção de parques eólicos. Relata-se que a prefeitura não exerce a liderança como esperada pela comunidade, mas deveria exercer por representar os interesses do povo, da comunidade.

Outra liderança facilitadora apontada pelos entrevistados são as associações de moradores, inclusive em segmentos de textos têm-se algumas expressões validando a liderança facilitadora destes representantes das comunidades: “nós confiamos na associação de moradores, as empresas deviam trabalhar mais junto delas”, “nossa associação é muito atuante”.

E por fim, no processo colaborativo identifica-se uma necessidade da comunidade pela comunicação e/ou diálogo presencial, face a face, talvez pelo fato de estar em jogo o maior recurso deles, o meio ambiente, principalmente por se tratar de zona litorânea que tem o turismo como umas das principais rendas. Por outro lado, percebe-se uma disposição dos moradores para colaboração, mesmo havendo condições antecedentes de conflitos.

Vale salientar que existe muita proximidade entre alguns dos municípios recorte desta pesquisa e isso auxilia na propagação rápida das informações positivas e negativas. Identificou-se ainda uma interdependência entre a empresa e prefeitura no momento da instalação dos parques eólicos e uma interdependência natural dos moradores com suas representações.

Seguem alguns importantes trechos que sugerem ações para haver um processo de colaboração entre empresa e comunidade:

“Deveria haver reuniões com a participação do povo, das escolas, da prefeitura, da associação de moradores, pescadores e a empresa, todos conversando para ter uma instalação de forma diferente, assim teríamos uma relação com base na colaboração, uma relação forte” (E1).

“Poderia ter uma comissão onde participassem empresa, prefeitura e representantes dos moradores, assim diálogo ficaria mais rico, ouvindo todas as partes” (E5).

“Somos uma comunidade que sempre tivemos fóruns de discussão, participação de todos os envolvidos, todos os representantes têm voz e direito a voto, somos uma comunidade esclarecida e que dialoga com seu povo, que busca seus direitos, que vai atrás de conversar com o poder público, que quer cooperar com o poder privado para que a comunidade possa ter uma vida melhor e a empresa possa também ganhar de uma forma justa” (E12).

Os segmentos de texto acima descritos, oportunizam a análise dos quatro micro processos que deveriam envolver a colaboração entre empresas e comunidades em parques eólicos. Descreve-se as condições iniciais com base na comunicação e no diálogo que motiva a mobilização de todos os envolvidos na construção de objetivos comuns, promovendo o desenvolvimento do processo colaborativo, trazendo resultados positivos para as partes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo analisou o processo de constituição da Governança Colaborativa na implantação e manutenção de parques eólicos, localizados nas cidades de São Gonçalo do Amarante, Trairi e Icaraizinho de Amontada no Estado do Ceará. A pesquisa sustentou a tese de que o modelo de Governança Colaborativa é fundamental para que haja um bom relacionamento entre empresa e comunidade. Foram entrevistados atores participantes das comunidades situadas nos entornos das usinas de energias eólicas recorte desta pesquisa.

A pesquisa utilizou o modelo de Ansell e Gash (2008), onde a Governança Colaborativa contempla quatro macrofatores, que são: condições iniciais; design institucional; liderança colaborativa; e processo colaborativo. Na análise, observou-se nas comunidades pesquisadas, que as condições iniciais do processo colaborativo apresentam uma incidência de situações de conflito, e mesmo diante de situações dessa natureza, a comunidade se predispõe em colaborar. Recomenda-se a empresa investir na comunicação, afim de reforçar o Capital Social Relacional. Portanto, as empresas devem se envolver na construção de um “Capital Social” que possibilite a existência de comunidades de interesses. Já design institucional trata das regras norteadoras do processo colaborativo. A pesquisa revelou que nos fóruns exclusivos iniciados pela prefeitura, não havia planejamento para construção de uma comunicação mais dialogada, as regras não eram claras e nem havia transparência. Estes dois macrofatores estão associados à comunicação.

A liderança facilitadora foi indicada pelos pesquisados como sendo as associações de moradores, representantes das comunidades e prefeitura, ao passo que o macrofator configura a atuação de um dos públicos participantes como mediador das mesas de negociação. Neste sentido, as empresas poderiam assumir também este papel. Os achados da pesquisa associam a liderança facilitadora à responsabilidade e à confiança.

Nos construtos teóricos explorados, evidenciou-se que o processo colaborativo tem como condição necessária a comunicação orientada para o consenso, onde cada uma das partes aja com responsabilidade compartilhada. A ideia central é que as empresas com a gestão para sustentabilidade busquem o lucro focado em como explorar economicamente os outros e a natureza, com sinergias e benefícios mútuos para todas as partes interessadas e a natureza. Fica evidenciado quando na pesquisa empírica o processo de colaboração aparece associado à comunicação e à responsabilidade.

Os achados empíricos demonstraram que o macrofator condições iniciais da Governança Colaborativa é marcada, inicialmente, por um sentimento de confiança, transformando-se, ao longo do processo, em frustrações. Outra descoberta importante está relacionada às questões de assimetria de poder, quando a empresa, na percepção da comunidade, exerce influência sobre a prefeitura e os órgãos licenciadores e fiscalizadores. Ao mesmo tempo, em que os conflitos podem gerar baixo nível de confiança, colaboração e cooperação. Houve, ainda, relatos que a comunidade é capaz de exercer poder sobre a empresa, quando está unida em associações. Comprovando assim o pressuposto de que as empresas afetam e são afetadas pelas comunidades, para tanto, precisam estabelecer gestão do relacionamento.

Ainda no tocante dos macrofatores que compõem o processo colaborativo conclui-se que, no design institucional, a prefeitura assume realização de fóruns exclusivos, no entanto, sem planejamento devido para diálogos e com regras imprecisas. Acerca da liderança facilitadora, o poder municipal surge como o principal ator para mediar o processo colaborativo na implementação e manutenção de parques eólicos, em função de sua neutralidade. Contudo, os relatos denotam que sua atuação não atende às expectativas da comunidade. Outra liderança facilitadora apontada foram as associações de moradores.

Outra constatação importante da pesquisa é que o processo colaborativo expõe a relevância da comunicação dialogada face a face, por estar em jogo o recurso mais importante da comunidade e fonte geradora de renda: a terra.

No contexto da implantação e da manutenção de parques eólicos, percebeu-se a importância da Governança Colaborativa, em função de sua natureza, que traz a participação triade de autores (governo, organizações e sociedade) associados em relações complexas, objetivando atingir um propósito público: a geração de energia alternativa. Acrescido a este fato, o processo de Governança Colaborativa se insere no contexto da LSO, desenvolvendo arranjos colaborativos entre empresa, governo, população local e organizações comunitárias

Por fim, conclui-se que a distribuição energia precisa ser visto como um bem coletivo e a gestão deve ser fundamentada na Governança Colaborativa, onde os atores públicos e privados trabalham de maneira coletiva e colaborativa, além da necessidade de haver a licença social para operar (LSO) de empreendimentos que impactam a vida em comunidade ser fruto dessa governança.

Esta pesquisa se destaca pela contribuição e ineditismo em explorar os construtos teóricos acerca da Governança Colaborativa e sua prática na construção de relacionamentos entre empresa e comunidade em parques eólicos sob o olhar da comunidade. Finalmente, sugere-se investigar a constituição da Governança Colaborativa na implantação de parques eólicos em outras regiões do Brasil e até em outras partes do mundo para análise comparativa.

REFERÊNCIAS

- ABEEÓLICA. Associação Brasileira de Energia Eólica. **Boletim Anual Dados 2020**. São Paulo, 2020.
- ABBUD, E. B.; TONELLI, D. F.; SANT'ANA, L. T. Governança Colaborativa como Abordagem Contemporânea para a Gestão Pública. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 50., 2016, Costa do Sauípe. **Anais...** Costa do Sauípe: ANPAD, 2016.
- ANSELL, C.; GASH, A. Collaborative Governance in Theory and Practice. **Journal of Public Administration Research and Theory Advance Access**, v. 18, n. 4, p. 543-571, 2008.
- ANTUNES, D. Externalidades negativas sobre o meio ambiente. **Revista de Ciências Gerenciais**, v. 13, p. 57-73, 2009.
- ASHLEY, P. A. **Ética e Responsabilidade social nos negócios**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- BANDEIRA-DE-MELLO, Rodrigo; CUNHA, Cristiano J. C. de A. Operacionalizando o método da Grounded Theory nas pesquisas em estratégia: técnicas e procedimentos de análise com apoio do Software ATLAS/TI. In: ENCONTRO DE ESTUDOS EM ESTRATÉGIA, 1., 2003, Curitiba. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2003.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BODIN, O. Collaborative environmental governance: achieving collective action in social-ecological systems. **Science**, v. 357, n. 6352, p. 659-68, 2017.
- DEBONI, F. **Investimento Social Privado no Brasil: Tendências, Desafios e Potencialidades**. Brasília: Instituto Sabin, 2013.
- EATON, B. C.; EATON, D. F. **Microeconomia**. São Paulo: Saraiva, 1999.
- EMERSON, K.; NABATCHI, T. N.; BALOGH, S. An Integrative Framework for Collaborative Governance. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v. 22, p. 1-29, 2012.
- FIGUEIREDO, B. J. de A.; FRANÇA, L. B. F. Fatores Estratégicos para a Promoção de Relações Sustentáveis entre Empresas e Comunidades. In: CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, 6, 2010. Niterói. **Anais...** Niterói: Excelência em Gestão, 2010.
- FRANKS, D. M.; COHEN, T. Social Licence in Design: Constructive technology assessment within a mineral research and development institution. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 79, n. 7, p. 1229-1240, set. 2012.
- GAVIRIA, E. M. A “licença social para operar” na indústria da mineração: apropriações e sentidos.

Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 17, n. 2, p. 138, 2015.

GUNNINGHAM, N.; KAGAN, R. A.; THORNTON, D. Social licence and environmental protection: why businesses go beyond compliance. **Law & Social Inquiry**, n. 29, p. 307-341, 2004.

MEIRELES, A. J. de A. Danos socioambientais originados pelas usinas eólicas nos campos de dunas do Nordeste brasileiro e critérios para definição de alternativas locais. **Revista Franco-Brasileira de Geografia**, n. 11, 27 mar. 2011.

MELO, E. Fonte eólica de energia: aspectos de inserção, tecnologia e competitividade. **Estudos Avançados**, v. 27, n. 77, p. 125-142, 2013.

MINAYO, M. C. de; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

PATTENDEN, C.; EVERINGHAM, J.-A.; OÑATE, B. **Cross-sectoral governance – a comparison of international responses to mining and community impacts**. Australia: The University of Queensland, 2011.

PRNO, J. **Establishing a social licence to operate amidst complexity: issues and opportunities for mining industry**. Canadá: Wilfrid Laurier University, 2014.

RAMOS, F. G.; SEIDLER, N. Estudo da Energia Eólica Para Aproveitamento em Pequenos Empreendimentos. **Vivências**, v. 7, n. 13, p. 108-127, 2011.

ROLIM, M. J. C. P. **Direito econômico da energia elétrica**. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

SANTIAGO, A. L. F. **Licença Social para Operar e Relacionamento da Empresa com a Comunidade Local: critérios de influência para a concessão da LSO: um estudo de caso da mineração brasileira**. São Paulo: Centro Universitário FEI, 2016.

SANTOS, K. C. N. dos. **Governança Colaborativa na Educação Ambiental: a implementação da política de educação ambiental no município de Suzano**. São Paulo: USP, 2015.

STOKER, G. Governance as theory: five propositions. **International Social Science Journal**, v. 50, n. 1, p. 17-28, 1998.

WORLD BANK. **Governance and Development**. Washington D.C., 1992.